

Guaraciaba
Transmissora de
Energia (TP Sul)
S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias em 31 de dezembro
de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	11



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 9 de fevereiro de 2018.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

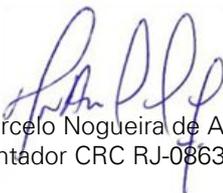
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	34.364	16.284
Contas a receber	10	6.126	9.642
Impostos a recuperar	11	1.125	1.469
Outros ativos		<u>3.081</u>	<u>3.498</u>
Total do ativo circulante		<u>44.696</u>	<u>30.893</u>
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	12	16.678	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	74.420	69.468
Imobilizado	14	1.133.314	1.133.784
Intangível	15	<u>33.814</u>	<u>33.808</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.258.226</u>	<u>1.237.060</u>
Total do ativo		<u>1.302.922</u>	<u>1.267.953</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	16	8.291	13.629
Impostos e contribuições sociais	17	2.481	3.160
Empréstimos e financiamentos	18	32.627	9.927
Salários e encargos		257	410
Dividendos a pagar	20.c	23.555	11.254
Encargos setoriais		526	895
Outros passivos		<u>4.082</u>	<u>1.824</u>
Total do passivo circulante		<u>71.819</u>	<u>41.099</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	18	<u>388.806</u>	<u>378.528</u>
Total do passivo não circulante		<u>388.806</u>	<u>378.528</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	20.a	803.832	803.832
Reserva legal	20.b	3.271	681
Dividendos adicionais propostos	20.c	46.613	9.712
Lucros (prejuízos) acumulados	20.e	<u>(11.419)</u>	<u>34.101</u>
Total do patrimônio líquido		<u>842.297</u>	<u>848.326</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>1.302.922</u>	<u>1.267.953</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	21	71.708	24.904
Gastos operacionais		(2.103)	(4)
Despesas de operação e manutenção - O&M		<u>(4.097)</u>	<u>(1.368)</u>
Lucro bruto		65.508	23.532
Despesas operacionais			
Pessoal	22	(2.586)	(3.588)
Serviços de terceiros		(2.640)	(2.070)
Depreciação	14	(23.097)	(10.068)
Outros		<u>1.113</u>	<u>(264)</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		<u>38.298</u>	<u>7.542</u>
Receitas financeiras	23	2.189	568
Despesas financeiras	23	<u>(39.169)</u>	<u>(8.973)</u>
Despesas financeiras líquidas	23	(36.980)	(8.405)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>1.318</u>	<u>(863)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	<u>4.953</u>	<u>28.590</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>6.271</u></u>	<u><u>27.727</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	6.271	27.727
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultado abrangente do exercício	<u>6.271</u>	<u>27.727</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Total
	Capital Social	Legal	Dividendos Adicionais propostos	AFAC	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2015 - Reapresentado	619.007	-	-	-	20.004	639.011
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	184.825	-	184.825
Integralização de capital com AFAC	184.825	-	-	(184.825)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	27.727	27.727
Reserva legal	-	681	-	-	(681)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(3.237)	(3.237)
Dividendos adicionais propostos	-	-	9.712	-	(9.712)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	803.832	681	9.712	-	34.101	848.326
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.271	6.271
Reserva legal	-	2.590	-	-	(2.590)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(12.300)	(12.300)
Dividendos adicionais propostos	-	-	36.901	-	(36.901)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	803.832	3.271	46.613	-	(11.419)	842.297

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes dos imposto de renda e da contribuição social	1.318	(863)
Ajuste para:		
Depreciação	23.097	10.123
Juros de empréstimos	36.995	1.505
Juros de debêntures	-	63.474
		-
Aumento/redução nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	3.516	(9.642)
Impostos a recuperar	344	1.457
Outros ativos	-	(3.272)
Fornecedores	(5.338)	7.988
Impostos e contribuições sociais	(679)	(2.681)
Salários e encargos	(153)	88
Encargos setoriais	(369)	895
Outros passivos	2.677	(2.998)
Caixa proveniente das atividades operacionais	61.408	66.075
Pagamento de debêntures - juros	-	(63.695)
Pagamento de empréstimo - juros	(29.043)	-
Fluxo de caixa líquido provenientes das atividades operacionais	32.365	2.380
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários	(16.678)	-
Imobilizado	(22.627)	(251.668)
Intangível	(6)	(12.332)
Caixa líquido aplicado nas atividade de investimentos	(39.311)	(264.000)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de debêntures	-	(400.000)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(26.612)	-
Empréstimos e financiamentos	51.638	386.950
Integralização de capital	-	184.825
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	25.026	171.775
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	18.080	(89.845)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	16.284	106.129
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	34.364	16.284

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (“Companhia”), Empresa privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar, Centro no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”).

A Companhia foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. (“State Grid”), e Copel Geração e Transmissão S.A. (“Copel”), com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2012 (“Leilão”), realizado pela ANEEL.

a. Da concessão

A Companhia sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote B, formado pela subestação Marimbondo II (500 kV), pelas linhas de transmissão 500 kVRibeirãozinho-Rio Verde Norte e Rio Verde Norte - Marimbondo II, e pelo seccionamento das linhas de transmissão (500 kV) Marimbondo - Araraquara C1 e C2 na subestação Marimbondo II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. As linhas de transmissão têm como objetivo escoar a energia gerada pelas usinas Teles Pires e Colider. A subestação Marimbondo II cumpre as funções de atender às regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília e de proporcionar intercâmbio regional entre o Centro-Oeste e o Sudeste.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

Com base nas características estabelecidas no Contrato de Concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação técnica ICPC 01 (R1), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro indenizável diretamente do poder concedente;

Parcela refere-se a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da Receita Anual Permitida (RAP), pela construção da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em Contrato de Concessão.

Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos, a contar da data de assinatura do Contrato de Concessão, cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo poder concedente.

Em setembro de 2016 a Companhia recebeu do ONS o Termo de Liberação Provisória (TLP) para início do escoamento parcial entre os trechos desde a subestação de Ribeirãozinho até a subestação de Marimbondo II, da energia produzida na Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Pires.

Em 27 de junho de 2017, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258, estabeleceu a RAP em R\$ 89.858 para o período de 1 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018 (R\$99.373 para o período de 1 de julho de 2016 a 30 de junho de 2017), neste ciclo, conforme estabelecido pela Nota Técnica nº 171/2017-SGT/ANEEL, foi realizada a revisão da RAP “revisão tarifária”, e seus percentuais de ajuste definidos através da Resolução Homologatória nº 2.257.

- b. Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (REIDI)**
A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).
- c. Licenciamento Ambiental**
A Companhia teve sua Licença de Operação, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 30 de Agosto de 2016, sob Registro no IBAMA nº 02001.005398/2012-38, emitida sem ressalvas, válida pelo prazo de 10 (dez) anos a partir de sua data de emissão. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação estão sendo cumpridas conforme o previsto.

2 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subseqüente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3 Base de preparação e elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias da Companhia.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Diretoria em 9 de março de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 23 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

b. Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa nº 17.

6 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos.

7 Principais políticas contábeis regulatórias

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias.

7.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

7.2 Imobilizado

7.2.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

7.2.2 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

7.3 Intangíveis

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

7.4 Outros ativos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

7.5 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

7.6 Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no Patrimônio Líquido.

7.7 Receita de juros sobre aplicações financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado se não estiver relacionada a financiamentos para a construção do ativo em construção, quando é registrada no ativo imobilizado, com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

7.8 Despesas de juros de empréstimos e debêntures

As despesas de juros são reconhecidas no resultado se não estiver relacionada a financiamentos para a construção do ativo em construção, quando é registrada no ativo imobilizado pelo método dos juros efetivos.

7.9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

7.9.1 Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7.9.2 Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço

A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera liquidar seus passivos.

7.10 Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) a alíquota de 9,25%;
- Reserva Global de Reversão (RGR) 2,6% do faturamento. É usada para financiar o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.

As concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa ANEEL nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

7.11 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis, passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

7.11.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando A Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

7.11.2 Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

São mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

a. *Passivos financeiros não derivativos - mensuração*

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

a. **CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros**

O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) **Classificação - Ativos Financeiros**

O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos financeiros.

(ii) *Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais*

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e

Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; a Companhia optou por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos financeiros.

(iii) *Classificação - Passivos Financeiros*

O CPC 48 / IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- - o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e
- - o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Companhia não designou e não pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

(iv) **Divulgações**

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

(v) **Transição**

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.
- As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:
 - A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
 - A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a VJR.
 - A designação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação como VJORA.

b. IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 /CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

(i) **Receita de operação e manutenção**

Corresponde a um percentual do faturamento da Receita Anual Permitida, que é informado mensalmente pelo ONS e destinado para a remuneração dos serviços de operação e manutenção, que visam evitar a interrupção da disponibilidade das instalações. A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o faturamento da RAP é informado.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto em suas demonstrações financeiras.

(ii) Remuneração do ativo financeiro

Corresponde a receita de juros que é reconhecida pela taxa efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que iguala exatamente os recebimentos de caixa futuros apurados durante a vida estimada do ativo financeiro ao valor contábil inicial deste ativo. A remuneração do ativo financeiro também é parte da RAP.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto em suas demonstrações financeiras.

(iii) Receita de construção

Essa receita é constituída por investimentos em infraestrutura, com o objetivo de manutenção da operação até o término do contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A receita de construção também é parte da RAP e a margem adotada é estabelecida como sendo igual à zero, pois há a contrapartida em custos pelo mesmo valor.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto em suas demonstrações financeiras.

(iv) Transição

A Companhia planeja adotar o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos do CPC 47 / IFRS 15 ao período comparativo apresentado.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

c. IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia concluiu a avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras, mas ainda não completou sua avaliação detalhada. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a Companhia reconhecerá novos ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de imóveis não residenciais para suas atividades operacionais.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com as cláusulas contratuais (covenants).

(i) Determinar se um contrato contém um arrendamento

Na transição para a IFRS 16, a Companhia pode optar por:

- Aplicar a definição de um contrato de arrendamento da IFRS 16 para todos os seus contratos; ou
- Aplicar um expediente prático e não reavaliar se um contrato é, ou contém, um arrendamento.

A Companhia planeja aplicar o expediente prático com relação a definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará a IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que seriam identificados como arrendamentos de acordo com a IAS 17 e a IFRIC 4.

(ii) Transição

Como arrendatário, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

- Abordagem retrospectiva; ou
- Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos.

A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Ao aplicar a abordagem retrospectiva modificada para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17, o arrendatário pode eleger, para cada contrato de arrendamento, se aplicará uma série de expedientes práticos na transição. A Companhia está avaliando o impacto potencial da utilização desses expedientes práticos.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

d. Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos conta movimento	3.065	1.052
Aplicação Financeira - CDB Banco HSBC	-	12.386
Aplicação Financeira - CDB Banco ABC	31.299	-
Aplicação Financeira - Conta Vinculada Banco Itau	-	2.846
	34.364	16.284

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) foram remuneradas à taxa média de 98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

10 Contas a receber

	31/12/2017	31/12/2016
Vencidos acima de 90 dias	26	-
Vencidos de 61 a 90 dias	1	-
Vencidos até 60 dias	58	111
A vencer	6.041	9.531
	6.126	9.642

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 05 do mês subsequente.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois, no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

11 Impostos a recuperar

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	274	1.370
Imposto de renda sobre faturamento	224	-
CSLL sobre faturamento	143	-
Imposto de renda saldo negativo	119	-
PIS/COFINS a compensar	365	-
Outros	-	99
	1.125	1.469
	1.125	1.469

12 Títulos e valores mobiliários

O saldo representa o valor acumulado na conta reserva, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O mecanismo de preenchimento desta conta reserva segue estritamente as condições previstas no contrato de financiamento e a totalidade do saldo está aplicada em fundo de investimento lastreado em títulos públicos federais conforme previsão contratual. Conforme contrato com o BNDES, a Companhia tinha até a data de 15 de janeiro de 2017 para depositar o valor estipulado contratualmente na conta reserva.

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social apurados respectivamente com base no prejuízo fiscal e na base negativa foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixas futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuízos acumulados.

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda	54.703	51.056
Contribuição social	19.717	18.412
	74.420	69.468
	74.420	69.468

O reflexo no resultado está demonstrado como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	3.648	21.272
Contribuição social diferido sobre base negativa	1.305	7.318
	4.953	28.590
	4.953	28.590

14 Imobilizado

	Valor bruto em 31/12/2016	Adições	Baixas	Reclassificações	Transferências	Valor bruto em 31/12/2017	Adições líquidas	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Ativo Imobilizado em Serviço										
Transmissão										
Máquinas e equipamentos	871.473	-	-	-	-	871.473	-	(32.432)	839.041	861.599
Edificações e obras civis	12.068	-	-	-	-	12.068	-	(578)	11.490	11.875
Móveis e utensílios	62	-	-	-	-	62	-	(5)	57	60
Subtotal	883.603	-	-	-	-	883.603	-	(33.015)	850.588	873.534
Administração										
Máquinas e Equipamentos	111	8	-	-	-	119	8	(101)	18	46
Móveis e utensílios	84	-	-	-	-	84	-	(3)	81	82
Veículos	188	-	-	-	-	188	-	(137)	51	86
Subtotal	383	8	-	-	-	391	8	(241)	150	214
Ativo imobilizado em curso										
Transmissão										
Máquinas e equipamentos	106.420	28.602	(9.177)	2.654	4.872	133.370	19.425	-	133.370	106.420
Edificações, obras civis e benfeitorias	83.795	5.193	(2.220)	-	(4.761)	82.007	2.973	-	82.007	83.795
A Ratear	47.033	21.841	(4.497)	(17.371)	28	47.034	17.344	-	47.034	47.033
Adiantamento a Fornecedor	18.569	273	(2.628)	48	(139)	16.123	(2.355)	-	16.123	18.569
Outros	4.219	-	-	(177)	-	4.042	-	-	4.042	4.219
Subtotal	260.036	55.909	(18.522)	(14.846)	-	282.576	37.387	-	282.576	260.036
Total do Ativo Imobilizado	1.144.022	55.917	(18.522)	(14.846)	-	1.166.570	37.395	(33.256)	1.133.314	1.133.784

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017

	Valor bruto em 31/12/2015	Adições	Baixas	Reclassificações	Transferências	Valor bruto em 31/12/2016	Adições líquidas	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Ativo Imobilizado em Serviço										
Transmissão										
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	871.473	871.473	-	(9.855)	861.618	-
Edificações e obras civis	-	-	-	-	12.068	12.068	-	(193)	11.875	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	62	62	-	(2)	60	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	883.603	883.603	-	(10.049)	873.554	-
Administração										
Máquinas e Equipamentos	81	16	-	-	14	111	16	(84)	27	23
Móveis e utensílios	1	84	-	-	(1)	84	84	(2)	82	1
Veículos	177	354	-	-	(343)	188	354	(102)	86	121
Subtotal	259	454	-	-	(330)	383	454	(188)	195	145
Ativo imobilizado em curso										
Transmissão										
Máquinas e equipamentos	426.555	71.936	(1.822)	481.223	(871.473)	106.420	73.758	-	106.419	426.555
Edificações, obras civis e benfeitorias	273.455	133.904	(178)	(311.318)	(12.068)	83.795	134.082)	-	83.795	273.455
A Ratear	120.364	100.486	-	(173.817)	-	47.033	100.486	-	47.033	120.364
Adiantamento a Fornecedor	67.974	25.152	(78.737)	3.912	268	18.569	103.889	-	18.569	67.974
Outros	3.747	4.219	(3.747)	-	-	4.219	7.966	-	4.219	3.747
Subtotal	892.096	335.697	(84.484)	-	(883.273)	260.035	420.181	-	260.035	892.096
Total do Ativo Imobilizado	892.354	336.152	(84.484)	-	-	1.144.022	420.635	(10.237)	1.133.784	892.241

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2017			31/12/2016
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço					
Transmissão					
Custo Histórico	1,10%	883.603	(33.015)	850.588	873.534
Administração					
Custo Histórico	10%	391	(241)	150	214
		883.994	(33.256)	850.738	873.748
Em Curso					
Transmissão		282.576	-	282.576	260.036
		1.166.570	(33.256)	1.133.314	1.133.784

Adições de Imobilizado em curso:

	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	28.602	-	-	-	-	28.602
A Ratear	-	1.769	574	19.413	85	21.841
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	5.193	-	-	-	5.193
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	273	273
Total das Adições	28.602	6.962	574	19.413	358	55.909

Principais taxas de depreciação por macro atividade:

	Taxa anuais de depreciação (%)
Rede básica	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,83%
Máquinas e equipamentos	2,76%
Móveis e utensílios	6,25%
Administração central	
Máquinas e equipamentos	10,24%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na transmissão de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

15 Intangível

	Valor bruto em 31/12/2016	Adições	Baixas	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições líquidas	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Ativo Intangível em Serviço								
Administração								
Software	1	-	-	1	-	(1)	-	-
Subtotal	1	-	-	1	-	(1)	-	-
Ativo intangível em curso								
Transmissão								
Servidões	33.808	6	-	33.814	6	-	33.814	33.808
Subtotal	33.808	-	-	33.814	6	-	33.814	33.808
Total do Ativo Intangível	33.809	6	-	33.815	6	(1)	33.814	33.808
	Valor bruto em 31/12/2015	Adições	Baixas	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições líquidas	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Ativo Intangível em Serviço								
Administração								
Software	74	115	(188)	1	115	(1)	-	73
Subtotal	74	115	(188)	1	115	(1)	-	73
Ativo intangível em curso								
Transmissão								
Servidões	21.387	23.552	(11.131)	33.808	23.552	-	33.808	21.387
Subtotal	21.387	23.552	(11.131)	33.808	23.552	-	33.808	21.387
Administração								
Software	16	-	(16)	-	-	-	-	16
Subtotal	16	-	(16)	-	-	-	-	16
Total do Ativo Intangível	21.477	23.667	(11.335)	33.809	23.667	(1)	33.808	21.477

16 Fornecedores

	31/12/2017	31/12/2016
SEPCO1	-	507
Cogelta Construções Gerais	-	175
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	-	272
China Epri Science & Technology Co.	7.577	7.577
Sistechne - Intertechne Sistemas S.A.	-	431
Nari Brasil Holding	441	71
Nari Group Corporation	-	1.170
Cooper Power Systems do Brasil	-	216
R. G. Serviços Eireli	-	653
Pimenta Brasil	-	314
Ricardo Alves da Silva Construtor ME	-	114
Adelio Alves Kinseler ME	-	229
Soma Engenharia Eireli	-	158
Outros	273	1.742
	<u>8.291</u>	<u>13.629</u>

17 Impostos e contribuições sociais

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda retido na fonte	466	451
Contribuição social	251	258
Pis/Cofins/CSLL	77	50
Pis/Pasep	96	121
Cofins	443	562
INSS retido a recolher	938	1.654
ISS	210	64
	<u>2.481</u>	<u>3.160</u>

18 Empréstimos e financiamentos

	31/12/2016	Liberação	Juros	Juros pagos	Principal pago	31/12/2017
BNDES - SUBCRÉDITO A	370.534	51.638	35.454	(27.804)	(25.428)	404.394
BNDES - SUBCRÉDITO B	<u>17.921</u>	<u>-</u>	<u>1.541</u>	<u>(1.239)</u>	<u>(1.184)</u>	<u>17.039</u>
	<u>388.455</u>	<u>51.638</u>	<u>36.995</u>	<u>(29.043)</u>	<u>(26.612)</u>	<u>421.433</u>
		31/12/2015		Liberação	Juros	31/12/2016
BNDES - SUBCRÉDITO A		-	369.096	1.438	370.534	
BNDES - SUBCRÉDITO B		<u>-</u>	<u>17.854</u>	<u>67</u>	<u>17.921</u>	
		<u>-</u>	<u>386.950</u>	<u>1.505</u>	<u>388.455</u>	

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	32.627	9.927
Não circulante	<u>388.806</u>	<u>378.528</u>

Em 28 de setembro de 2016, foi assinado um Contrato de Financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 440.000. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da Companhia, sob a forma de três subcréditos:

Subcrédito “A”

No valor de R\$ 420.000 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,42% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi liberado em sua totalidade.

O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031.

Subcrédito “B”

No valor de R\$ 17.800 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,02% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

Subcrédito “C”

No valor de R\$ 2.200 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos.

O montante apurado será capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de julho de 2018.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 150 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de agosto de 2018 e a última em 15 de janeiro de 2031.

Em 31 de dezembro de 2017, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2019	2020	2012	2022	Após 2022	Total
BNDES Subcrédito A	30.787	30.787	30.787	30.787	249.916	373.064
BNDES Subcrédito B	<u>1.297</u>	<u>1.297</u>	<u>1.297</u>	<u>1.297</u>	<u>10.554</u>	<u>15.742</u>
	<u>32.084</u>	<u>32.084</u>	<u>32.084</u>	<u>32.084</u>	<u>260.470</u>	<u>388.806</u>

Em 31 de dezembro de 2016, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2018	2019	2020	2021	Após 2021	Total
BNDES Subcrédito A	26.467	26.467	26.467	26.467	255.134	361.002
BNDES Subcrédito B	<u>1.280</u>	<u>1.280</u>	<u>1.280</u>	<u>1.280</u>	<u>12.406</u>	<u>17.526</u>
	<u>27.747</u>	<u>27.747</u>	<u>27.747</u>	<u>27.747</u>	<u>267.540</u>	<u>378.528</u>

Cláusulas restritivas (Covenants)

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar anualmente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia estava em conformidade com as suas cláusulas restritivas. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício.

Principais cláusulas restritivas do BNDES

Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente e demais órgãos fiscalizadores de aspectos socioambientais, durante o período de vigência deste Contrato;

Informar ao BNDES sobre a existência de qualquer ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa relacionada ao projeto, especialmente quanto aos aspectos ambientais e/ou sociais, no prazo de 3 dias úteis a contar da data em que a beneficiária teve conhecimento da existência de tal ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa; e

Adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato).

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia estava em conformidade com as suas cláusulas restritivas.

Abertura do endividamento:

	Principal	Principal +	Saldo	Adimplente?	Data Captação	Tipo de	Indexador	Spread	Data Próximo	Frequência	Vencimento	Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Curto Prazo	Juros LP	Total			Garantia	ou Juros	% a.a.	Serviço da dívida	Serviço da dívida	Final	2017
Financ. / Emprést. Moeda Nacional												
BNDDES Sub crédito A - Obras civis	31.308	373.087	404.396	Sim	28/09/2016	Garantia corporativa; cessão fiduciária de recebíveis; direitos creditórios das contas centralizadora e reserva; penhor de ações	TJLP	2,42%	16/02/2018	MENSAL	16/01/2031	404.396
BNDDES Sub crédito B - Maquinas e Equipamentos	138	15.719	17.037	Sim	28/09/2016	Garantia corporativa; cessão fiduciária de recebíveis; direitos creditórios das contas centralizadora e reserva; penhor de ações	TJLP	2,02%	16/02/2018	MENSAL	16/01/2031	17.037
Total por Dívida												
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	32.627	388.806	421.433									421.433

Abertura dos ativos financeiros:

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de	Principal	Saldo	Indexador	Spread	Frequência	Cronograma de Amortização				
		Curto Prazo	Curto Prazo	Total	ou Juros	% a.a.	Pgto Juros	2018	2019	2020	2021+	Total
9	Ativos Financeiros	364	34.000	34.364								
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	364	34.000	34.364								
9.11	Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	3.065	3.065				3.065				3.065
9.12	Aplicação Financeira CDB	364	30.935	31.299	CDI	98%do CDI	Diário	31.299				31.299

Demonstração do endividamento e da dívida líquida:

	Juros de	Principal	Principal +	Total	Total
RESUMO	Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	2017	2016
Dívida Bruta	-	32.627	388.806	421.433	388.455
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	32.627	388.806	421.433	388.455
Ativos Financeiros	364	34.000	-	34.364	16.284
Alta Liquidez	364	34.000	-	34.364	16.284
Dívida Líquida	(364)	(1.373)	388.806	387.069	372.171

19 Debêntures

Data da emissão: 20/06/2013

Vencimento: 20/12/2014

Vencimento prorrogado: 20/12/2016

Forma de Subscrição e Integralização: A qualquer tempo via CETIP

Remuneração: 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida exponencialmente de spread de (i) 0,65% da data de emissão até 20 de dezembro de 2014, (ii) 0,90% de 20 de dezembro de 2014, inclusive, até 20 de junho de 2015 e (iii) 2,30% de 20 de junho de 2015, inclusive, até 20 de dezembro de 2016.

Ano base: 252 dias úteis

Destinação dos recursos: Investimentos na própria companhia

Garantias: Fidejussória

Interveniente garantidor: State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A.

Banco liquidante e Escriturador Mandatário: Banco Bradesco S.A.

Emissão de 400 (quatrocentas) Debêntures em 20 de junho de 2013, sendo as respectivas liquidações detalhadas abaixo:

- Em 03 de julho de 2013 foi realizada a liquidação de 50 debêntures, sendo efetivamente recebido R\$ 50.145, líquido do custo de transação.
- Em 01 de outubro de 2013 foi realizada a liquidação de 180 debêntures, sendo efetivamente recebido R\$ 184.539, líquido do custo de transação.
- Em 10 de janeiro de 2014 foi realizada a liquidação de 140 debêntures, sendo efetivamente recebido R\$ 147.440, líquido do custo de transação.
- Em 28 de maio de 2014, foi realizada a liquidação de 30 debêntures, sendo efetivamente recebido R\$ 32.862, líquido do custo de transação.

Em 22 de dezembro de 2014, foi realizada a amortização parcial dos juros sobre as debêntures, no valor de R\$ 67.237. O vencimento do principal foi prorrogado por 6 meses; em janeiro de 2015 foi pago o waiver no valor de R\$ 553.

Em 24 de junho de 2015, a Companhia pagou waiver no valor de R\$ 5.600, com o objetivo de prorrogar o prazo de vencimento das debêntures para os próximos 6 meses. Adicionalmente, realizou a amortização parcial dos juros sobre as debêntures, no valor de R\$ 25.317.

Em 21 de dezembro de 2015, foi realizada a amortização parcial dos juros sobre as debêntures, no valor de R\$ 32.278. A Companhia pagou waiver no valor de R\$ 5.600, com o objetivo de prorrogar o prazo de vencimento das debêntures para os próximos 6 meses.

Em 20 de junho de 2016, foi realizada a amortização parcial dos juros sobre as debêntures, no valor de R\$ 31.420. Em 2016 a Companhia pagou R\$ 5.531 de waiver para prorrogação do vencimento até a quitação.

Em 20 de dezembro de 2016, com a liberação do financiamento do BNDES, foi realizado o pagamento integral das debêntures, no valor de R\$ 432.275.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 803.832 dividido em 803.832.303 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	31/12/2017	e31/12/2016
State Grid Brazil Holding S.A.	409.954.475	
Copel Geração e Transmissão S.A.	393.877.828	
	803.832.303	
	803.832.303	

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido societário após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	51.791	22.846
Prejuízo acumulado	-	(9.216)
Base de cálculo para reserva legal	51.791	13.630
Reserva Legal (5%)	2.590	681
Base de cálculo para dividendos	49.201	12.949
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	12.300	3.237
Dividendos adicionais propostos	36.901	9.712

Em Ata de Assembleia Geral Ordinária de 22 de março de 2017 para aprovar a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os acionistas aprovaram a manutenção dos dividendos mínimos obrigatórios e dos dividendos adicionais propostos para futuros pagamentos conforme determinação dos acionistas.

d. Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Durante o exercício de 2016 a Companhia recebeu adiantamentos para futura integralização do Capital conforme demonstrado abaixo:

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 18/05/2016	29.400
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 23/05/2016	30.600
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 17/06/2016	34.300
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 20/06/2016	35.700
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 31/08/2016	11.025
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 20/12/2016	43.800
Integralização de capital com AFAC em 29/12/2016	(184.825)

e. Lucros (prejuízos) acumulados

O saldo desta rubrica, na contabilidade regulatória, refere-se à diferença entre os resultados acumulados auferidos nas demonstrações societárias e o das demonstrações contábeis regulatórias.

21 Receita operacional líquida

	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilização do sistema de transmissão	<u>79.750</u>	<u>28.594</u>
Receita operacional bruta	<u>79.750</u>	<u>28.594</u>
Encargos setoriais	(418)	(964)
PIS	(1.360)	(486)
COFINS	<u>(6.264)</u>	<u>(2.240)</u>
Deduções da receita operacional	<u>(8.042)</u>	<u>(3.690)</u>
Receita Operacional Líquida	<u><u>71.708</u></u>	<u><u>24.904</u></u>

22 Pessoal

	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração	(812)	(1.419)
Encargos sobre a folha de pagamento	(549)	(726)
13o salario	(55)	(56)
Férias	(108)	(129)
Gratificação	(11)	(124)
Benefícios a empregados	(296)	(337)
Outros	(125)	(32)
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(630)	(765)
	<u>(2.586)</u>	<u>(3.588)</u>

23 Despesas financeiras líquidas

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas de aplicações financeiras	2.142	-
Variações monetárias	47	799
Outras receitas financeiras	107	12
Pis	(15)	(34)
Cofins	(92)	(209)
Receitas financeiras	<u>2.189</u>	<u>568</u>
Juros sobre empréstimos	(36.282)	-
Juros e multas	(1.110)	(1.075)
Outras despesas financeiras	(1.777)	(7.898)
Despesas financeiras	<u>(39.169)</u>	<u>(8.973)</u>
	<u>(36.980)</u>	<u>(8.405)</u>

24 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	2017			2016		
	Societário	Ajustes ICPC01	Regulatório	Societário	Ajustes ICPC01	Regulatório
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalente de caixa	34.364	-	34.364	16.284	-	16.284
Contas a receber	6.126	-	6.126	9.642	-	9.642
Impostos a recuperar	1.125	-	1.125	1.469	-	1.469
Ativo Financeiro	68.889	(68.889)	-	76.536	(76.536)	-
Outros ativos circulantes	3.081	-	3.081	3.498	-	3.498
Total do ativo circulante	113.585	(68.889)	44.696	107.429	(76.536)	30.893
NÃO CIRCULANTE						
Títulos e valores mobiliários	16.678	-	16.678	-	-	-
Ativo Financeiro	1.223.403	(1.223.403)	-	1.139.406	(1.139.406)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	74.420	74.420	-	69.468	69.468
Imobilizado líquido	67	1.133.247	1.133.314	112	1.133.672	1.133.784
Intangível	95	33.719	33.814	89	33.719	33.808
Total do ativo não circulante	1.240.243	17.983	1.258.226	1.139.607	97.453	1.237.060
TOTAL DO ATIVO	1.353.828	(50.906)	1.302.922	1.247.036	20.917	1.267.953
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
CIRCULANTE						
Fornecedores	8.291	-	8.291	13.206	-	13.206
Retenção contratual	-	-	-	423	-	423
Empréstimos e financiamentos	2.481	-	2.481	9.927	-	9.927
Salários e encargos	32.627	-	32.627	410	-	410
Impostos e contribuições sociais	257	-	257	3.160	-	3.160
Dividendos propostos	23.555	-	23.555	11.254	-	11.254
Encargos sEtoriais	526	-	526	895	-	895
Outros passivos circulantes	4.082	-	4.082	1.824	-	1.824
Total do passivo circulante	71.819	-	71.819	41.099	-	41.099
NÃO CIRCULANTE						
Exigível a longo prazo						
Empréstimos e financiamentos	388.806	-	388.806	378.528	-	378.528
Imposto de renda e contribuição diferidos	39.487	(39.487)	-	13.184	(13.184)	-
Total do passivo não circulante	428.293	(39.487)	388.806	391.712	(13.184)	378.528
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	803.832	-	803.832	803.832	-	803.832
Reserva legal	3.271	-	3.271	681	-	681
Dividendos adicionais propostos	46.613	-	46.613	9.712	-	9.712
Lucro / Prejuízos acumulados	-	(11.419)	(11.419)	-	34.101	34.101
Total do patrimônio líquido	853.716	(11.419)	842.297	814.225	34.101	848.326
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.353.828	(50.906)	1.302.922	1.247.036	20.917	1.267.953

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017

	2017			2016		
	Societário	Ajustes ICPC01	Regulatório	Societário	Ajustes ICPC01	Regulatório
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Receita de Operações com Transmissão de Energia	68.025	11.725	79.750	26.259	2.335	28.594
Receita de construção	22.783	(22.783)	-	197.121	(197.121)	-
Rendimentos sobre ativo de concessão	113.871	(113.871)	-	111.891	(111.891)	-
Receita de O&M	11.808	(11.808)	-	5.058	(5.058)	-
Amortização do Ativo Financeiro	(60.225)	60.225	-	(26.259)	26.259	-
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA						
Encargos setoriais	(418)	-	(418)	(964)	-	(964)
PIS	(1.360)	-	(1.360)	(486)	-	(486)
Cofins	(6.264)	-	(6.264)	(2.240)	-	(2.240)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	148.220	(76.512)	71.708	310.380	(285.476)	24.904
Custo de construção	(22.783)	22.783	-	(197.121)	197.121	-
Despesas de operação e manutenção - O&M	(4.097)	-	(4.097)	(1.368)	-	(1.368)
Gastos operacionais	(2.103)	-	(2.103)	(4)	-	(4)
Lucro bruto	119.237	(53.729)	65.508	111.887	(88.355)	23.532
DESPESAS OPERACIONAIS						
Pessoal	(2.586)	-	(2.586)	(3.588)	-	(3.588)
Materiais	(2)	-	(2)	-	-	-
Serviços de terceiros	(2.640)	-	(2.640)	(2.070)	-	(2.070)
Tributos	(71)	-	(71)	-	-	-
Arrendamentos e aluguéis	(256)	-	(256)	-	-	-
Depreciação	(53)	(23.044)	(23.097)	-	(10.068)	(10.068)
Outros	1.445	-	1.445	(261)	-	(261)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	115.074	(76.773)	38.301	105.968	(98.423)	7.545
RECEITAS FINANCEIRAS	2.189	-	2.189	5.668	(5.100)	568
Receitas de aplicações financeiras	2.142	-	2.142	5.100	(5.100)	-
Variações monetárias	47	-	47	799	-	799
Outras receitas financeiras	107	-	107	12	-	12
TRIBUTOS SOBRE RECEITAS FINANCEIRAS						
Pis	(15)	-	(15)	(34)	-	(34)
Cofins	(92)	-	(92)	(209)	-	(209)
DESPESAS FINANCEIRAS	(39.169)	-	(39.169)	(79.361)	70.388	(8.973)
Despesa de waiver	-	-	-	(5.531)	5.531	-
Juros sobre empréstimos	(36.282)	-	(36.282)	(63.474)	63.474	-
Juros e multas	(1.110)	-	(1.110)	(1.075)	-	(1.075)
Outras despesas financeiras	(1.777)	-	(1.777)	(9.281)	1.383	(7.898)
Total do resultado financeiro	(36.980)	-	(36.980)	(73.693)	65.288	(8.405)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	78.094	(76.773)	1.321	32.275	(33.135)	(860)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(26.303)	31.254	4.950	(9.429)	38.016	28.587
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	51.791	(45.519)	6.271	22.846	4.881	27.727

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

24.1 Ativo financeiro

As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, são contabilizadas pelos seus valores justos com base no que ditam os pronunciamentos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e CPC 30 (R1) - Receitas e a interpretação ICPC 01 (R1), respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

Considerando que para fins das demonstrações contábeis regulatórias deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e/ou intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

24.2 Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção da ICPC 01 (R1) nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo financeiro, vide nota de ajuste. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

24.3 Receita e custo de construção

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas/custos de construção decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1).

24.4 Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente à remuneração do ativo financeiro decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1).

24.5 Receitas (despesas) financeiras

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de aplicação financeira e despesas financeiras de juros das debêntures decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1).

24.6 Impostos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste 24.1, todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

24.7 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio líquido societário	853.716	814.225
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro	(1.292.292)	(1.215.942)
Impostos diferidos ativos	74.420	69.468
Imobilizado	1.133.247	1.133.672
Intangível	33.719	33.719
Impostos diferidos passivos	39.487	13.184
Patrimônio líquido regulatório	<u>842.297</u>	<u>848.326</u>

24.8 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido societário	51.791	22.846
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Receita de operações com transmissão de energia	79.750	28.594
Receita de construção	(22.783)	(197.121)
Remuneração do ativo financeiro	(113.871)	(111.891)
Receita de operação e manutenção	(19.608)	(5.058)
Custo de construção	22.783	197.121
Depreciação	(23.044)	(10.068)
Receitas financeiras	-	(5.100)
Despesas financeiras	-	70.388
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31.253	38.016
	6.271	27.727
Lucro líquido regulatório	6.271	27.727

25 Transações com partes relacionadas

25.1 Remuneração de Administradores

Em 31 de dezembro de 2017 a remuneração dos Administradores foi de R\$ 637 (R\$ 765 em 31 de dezembro de 2016).

25.2 Operações comerciais

Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2017	31/12/2016
Resultado (Despesas)				
State Grid Brasil Holding - Aluguel	Custos administrativos	Aluguel	195	22
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	Custo operacional	Custo de O&M	4.380	2.527
			4.575	2.549
			4.575	2.549

26 Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia.

Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito.
- b. Risco de mercado.
- c. Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

a. Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	34.364	16.284
Contas a receber	6.126	9.642
Títulos e valores mobiliários	16.678	-
	<u>57.168</u>	<u>25.926</u>

- **Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários** - Representado pelas aplicações financeiras de primeira linha, em fundos rastreados por títulos públicos o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.
- **Contas a receber** - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

b. Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras		
CDB-DI	31.299	15.232
Fundo de Renda Fixa Soberano Simples - Itaú	16.678	-

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

- **Fonte:** a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	47.977	Queda da taxa CDI	3.238	2.428	1.621
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	-25%	-50%
			6,75%	5,06%	3,38%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando CDI médio estimado de 6,75% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Passivos Financeiros					
BNDES	421.433	Alta da taxa TJLP	35.147	43.955	52.721
Referência para passivos financeiros:		Cenário provável		25%	50%
TJLP (%)				8,34%	12,51%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando TJLP estimado de 8,34%, de acordo com a expectativa do mercado.

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
 - **Risco de captação** - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.
- c. Riscos operacionais**
- Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.
- **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).
 - **Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

- **Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura** - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores.

- **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa
Títulos e valores mobiliários

Categoria

Valor justo por meio do resultado
Valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros

Fornecedores
Empréstimos e financiamentos

Custo amortizado
Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa equivalentes de caixa** - contas correntes conforme posição dos extratos bancários.
- **Títulos e Valores Mobiliários** - aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.
- **Empréstimos e financiamentos** - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Hierarquia do valor justo

- **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

27 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros era como abaixo:

Tipo de seguro	Início	Vigência Fim	Importância segurada	Apólice
Seguro Garantia de Performance / Fiel Cumprimento	31/12/2017	30/04/2018	R\$ 47.000	024612015000107750008719
Risco de Engenharia	01/09/2013	28/02/2018	R\$ 60.000	519.000144
Riscos Operacionais	27/12/2017	27/12/2018	R\$ 150.000	984000172
Responsabilidade Civil	27/12/2017	27/12/2018	R\$ 10.000	0466920171005100002417